

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

## **A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

**Ramon Gonzaga Cruz<sup>1</sup>; Dermeval Passos da Hora<sup>2</sup>.**

1. Bolsista PROBIC/UEFS, Graduando em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [ramoncruz7@yahoo.com.br](mailto:ramoncruz7@yahoo.com.br)
2. Dermeval Passos da Hora, Departamento Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [dermepassos@yahoo.com.br](mailto:dermepassos@yahoo.com.br)

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar, Desenvolvimento, Políticas Públicas.

### **INTRODUÇÃO**

A Agricultura Familiar vem sendo um tema bastante discutido pelos estudiosos que se ocupam com esse segmento. Tais argumentos apontam para a importância dessa forma de organização na produção na atividade agrícola brasileira, e que tem sido um grande aliado na geração de emprego e renda, e principalmente, nas classes sociais menos favorecidas. A Agricultura Familiar é constituída por pequenos e médios produtores, os quais representam a grande maioria de produtores rurais no Brasil. Em todo o país, são cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos, sendo que metade estão na região Nordeste do país, onde 7.983 estão na região do Baixo-médio São Francisco. O setor emprega quase 75% da mão-de-obra no campo e é responsável pela segurança alimentar dos brasileiros, produzindo 70% do feijão, 87% da mandioca e 58% do leite consumidos no país (IBGE, censo 2006/2007).

A Agricultura Familiar ganha ainda mais importância porque maioria dessas famílias que utilizam esse modelo produtivo é de baixa renda e têm nessa prática a única fonte de renda. Quando se fala em desenvolvimento rural, a Agricultura Familiar surge como destaque para viabilizar esse processo. O problema é que para a Agricultura Familiar ter sucesso, torna-se indispensável um ambiente institucional favorável à consolidação desse tipo de agricultura, com incentivos financeiros, assistências técnicas e pesquisas que ajudem a melhorar a produtividade. Desta forma, é de grande relevância o fortalecimento e implementação de políticas públicas capazes de viabilizar esse processo.

Diante dessa explanação, o objetivo deste trabalho é demonstrar como a Agricultura Familiar pode ser uma alternativa simples e eficaz para promover o desenvolvimento territorial econômico e social.

### **MATERIAIS E MÉTODO**

Este artigo procura expor através de dados e análises a relevância da Agricultura Familiar para o setor agropecuário e para a geração de emprego e renda. Outra parte do trabalho busca explicitar alguns programas que compõem o ambiente institucional direcionados aos agricultores familiares.

Quanto aos meios, a pesquisa pode ser classificada como bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica recorreu-se principalmente aos livros de José Eli da Veiga (O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.), Hugues Lamarche (A Agricultura Familiar) e Luiz Carlos Mior (Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural). Outros autores, também, foram importantes na elaboração de referenciais teóricos e podem ser encontrados na referência.

A pesquisa documental foi realizada através dos dados coletados em sites de órgãos públicos como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e a SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia). Nesses sites foram coletados dados correspondentes à população, aos agricultores familiares, entre outros relevantes à pesquisa.

## RESULTADOS

Com o objetivo de entender as relações produtivas e sociais e as várias faces da agricultura familiar é de grande relevância recorrer, principalmente, às suas raízes históricas. Para Cortez (2006), o que diferencia a Agricultura Familiar de outros modelos de produção é:

1. *Trabalho predominantemente familiar;*
2. *Economia voltada à subsistência, não desconsiderando, por tal motivo a possível comercialização no mercado;*
3. *Acesso estável a terra, mesmo sob condição de usufruto e*
4. *O controle e organização da produção, de modo que o produtor tenha o poder de determinar o destino da produção. CORTEZ (2006, p. 32).*

O desenvolvimento histórico do Brasil foi sempre marcado por inúmeros favorecimentos a determinados setores e descaso com outros. Isso gerou vários resultados no âmbito social, principalmente, no que diz respeito à concentração de terras e rendas. No campo, a terra ficou concentrada nas mãos de grandes produtores, o que obviamente gerava muita riqueza para esses. Contudo, a pobreza também avançava, principalmente, na direção daqueles que não possuíam espaço nas políticas implantadas pelo Estado. Por muito tempo, pequenos agricultores, foram ignorados no tocante à implementação de políticas públicas voltadas aos produtores rurais. Segundo Almeida (1997) *“a modernização agrícola apresenta objetivos que não levam necessariamente ao desenvolvimento rural, ou seja, a modernização uniforme dos agentes do campo. Por conta de interesses, houve privilégios na elaboração de políticas públicas, de forma a favorecer os grandes produtores”*.

Porém, nos últimos anos esse contexto teve muitas mudanças. Com os objetivos de promover um desenvolvimento social, manter o produtor rural no campo, gerar emprego e renda, o Estado propôs a Agricultura Familiar como importante ferramenta para intermediar esse processo. Grandes estudiosos ressaltam a relevância da Agricultura Familiar para o desenvolvimento rural.

Dados recolhidos e publicados pelo IBGE no Censo 2007 ratificam essa importância:

1. Foram identificados em todo o país cerca de 4.367.902 estabelecimentos de Agricultura Familiar, que representa 84,4% do total;
2. É responsável por 38% do valor da produção total do setor primário;
3. Emprega 75% da mão-de-obra do campo, ou seja, 12,3 milhões de pessoas.
4. Ocupa apenas ¼ (80,25 milhões de hectares) da área total. Mesmo cultivando em uma área menor, a Agricultura Familiar consegue resultados consistentes e é responsável por garantir a segurança alimentar do país.

Isso mostra o peso desse setor para a formação da economia do país e da produção do setor primário. Com isso, a Agricultura Familiar demonstra a capacidade em gerar emprego e renda, em aproveitar bem o espaço físico e contribuir para a produção agrícola brasileira.

Dentre as várias políticas recentes voltadas à Agricultura Familiar, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Programa criado em 1996, o Pronaf financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O PRONAF possui as taxas mais baixas de juros dos financiamentos rurais. O programa se caracteriza por fornecer recursos para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, sendo para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura.

O programa, por meio dessas políticas, busca propiciar condições para aumentar a capacidade produtiva, a geração de emprego e de renda, de tal forma a melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Por isso, o PRONAF possui alguns objetivos específicos:

a) aumentar o nível de capacitação dos agricultores familiares por meio do acesso às novas tecnologias;

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

- b) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos;
- c) dá um suporte necessário à melhoria no desempenho produtivo dessas famílias;
- d) regular as políticas públicas, observando a realidade dos agricultores familiares.

Desde sua criação, o PRONAF tem sido um importante aliado dos pequenos agricultores que necessitam de recursos para promover a produção. Essa relevância pode ser ratificada pela crescente demanda pelo programa. A tabela a seguir ilustra essa evolução na área de cobertura do PRONAF:

Número de contratos e volume de recursos do PRONAF Crédito Rural

Ano	Nº de contratos	Recursos (R\$)
2004	1.390.168	4.490.478.228,25
2005	1.635.071	6.131.600.933,40
2006	1.913.043	7.611.929.143,94
2007	1.692.498	8.432.952.800,22
2008	1.649.063	9.074.785.135,73
Total	8.332.873	50.043.175.319,85

Fonte: MDA/SAF

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a explanação da investigação, observou-se uma grande evolução da Agricultura Familiar nos últimos anos. Evolução promovida, principalmente, por um aperfeiçoamento de políticas voltadas a esse grupo de agricultores. Com esses incentivos a Agricultura Familiar se transformou em uns dos segmentos mais importantes para o desenvolvimento social no Brasil. As conclusões ratificam essa afirmação: responde por 38% do valor bruto da produção agropecuária; representa 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira (IBGE, Censo 2006); grande aliado na geração de emprego e renda no campo; um dos principais instrumentos para a redução do êxodo rural, tornando-se num fator preponderante para o desenvolvimento sócio-econômico para os pequenos municípios.

### REFERÊNCIAS

- CARMO, René Becker Almeida. A questão agrária e o perfil da agricultura familiar brasileira /. Bahia Agrícola, Vol. 4, n.1, p. 27-32, nov. 2000.
- CERQUEIRA, Patrícia da Silva. Agricultura familiar e políticas públicas: algumas reflexões sobre o programa de aquisição de alimentos no estado da Bahia. Revista Desenhavia, Salvador, v.3, p. 55-77, n.5, set 2006.
- ILVA, Medson Janer da. Métodos e culturas alternativas na agricultura familiar. Campo Grande, MS: Ed. UCDB, 2003.
- LAMARCHE, Hughes. A agricultura familiar: comparação internacional. Campinas, SP: Unicamp, 1998. nv (Coleção Repertórios).
- MIOR, Luiz Carlos. Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural. Chapecó: Agros, 2005.
- PEIXOTO, Sergio Elisio. Levantamento das demandas de pesquisa agropecuária de agricultores familiares no Estado da Bahia. Salvador: EBDA, 2001. 38p